

Romeu Sasaki¹Silvilene de Barros Ribeiro Morais²

DOI 10.26512/museologia.v10i19.33992

Resumo

Considerado como a maior referência no país sobre o conteúdo relacionado à defesa de direitos das pessoas com deficiência, acessibilidade e inclusão, apresentando um histórico de mais de 60 anos de atuação, o professor Romeu Sasaki tem atuado como palestrante, escritor e consultor para empresas, órgãos do governo e organizações não governamentais, escolas, etc. O seu trabalho consiste em auxiliar na definição de estratégias, de acordo com as características de cada área de atuação, de como assumir e colocar em prática uma política inclusiva. Além disso, tem atuado organizando cursos na área da inclusão: educação, trabalho, lazer, mídia e acessibilidade arquitetônica, como também em palestras em eventos como congressos e seminários. Sua influência na área dos museus se faz sentir na produção acadêmica relacionada ao tema da Inclusão e Acessibilidade, na medida em que suas reflexões são consideradas base obrigatória para o desenvolvimento desses temas, tanto em nível de graduação como na pós-graduação, sendo referências seus livros “Inclusão no lazer e turismo”, de 2003, e seu mais famoso “Inclusão – Construindo uma sociedade para todos”, de 2007. Além dos diversos artigos publicados em revistas especializadas como a Revista Nacional de Reabilitação (renomeada Revista Reação), coleciona também artigos internacionais e livretos sobre terminologias e nomenclaturas inclusivas. Dentre as diversas atividades desenvolvidas, foi responsável pela tradução da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CPDP) para o português brasileiro. Foi tradutor de 9 edições consecutivas (dezembro/2017 a agosto/2018) do boletim mensal do Secretariado da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, chamado UN Enable Newsletter, que foi desativado em setembro/2018.

Palavras-chave

Inclusão. Pessoas com deficiência. Museus. Acessibilidade. Políticas públicas.

Abstract

Considered the biggest reference in the country on content related to the advocacy of the rights of people with disabilities, accessibility, and inclusion, with a history of more than 60 years of experience, Professor Romeu Sasaki has acted as a speaker, writer and consultant for companies, government agencies and non-governmental organizations, schools, etc. His work consists of helping define strategies, according to the characteristics of each area of activity, of how to undertake and put into practice an inclusive policy. In addition, he has been organizing courses in the area of inclusion: Education, work, leisure, media, and architectural accessibility, as well as in lectures at events such as congresses and seminars. His influence in the area of museums is perceived in academic production related to the theme of Inclusion and Accessibility, to the extent that his reflections are considered a mandatory basis for the development of these themes, both in undergraduate and graduate studies. His books “Inclusão no lazer e turismo,” from 2003, and his most famous work “Inclusão – Construindo uma sociedade para todos,” from 2007, are references in the area. In addition to the various articles published in specialized journals such as Revista Nacional de Habilitação, he also collects international articles and booklets on inclusive terminology and nomenclature. Among the various activities developed, he was responsible for translating the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CPDP) into Brazilian Portuguese, and currently also translates the monthly UN reports in Enable Newsletter.

Keywords

Inclusion. People with disabilities. Museums. Accessibility. Public policies.

1 Idealizador do Projeto Sociedade Inclusiva-Romeu Sasaki, na plataforma APOIA.se.

2 Doutora em Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPG-PMUS UNIRIO-MAST). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ. Bacharel em Museologia, pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisadora com artigos publicados, em âmbito nacional e internacional, sobre a temática da Inclusão, Interculturalidade, Acessibilidade, Diversidade e Educação em Museus.

SM: Gostaríamos de abordar um pouco da sua história pessoal. Conte-nos um pouco da sua infância, se algum acontecimento ou vivência familiar ou na sua comunidade, já lhe despertava o interesse pela temática da inclusão.

RS: Estou honrado com o convite da *Revista Museologia & Interdisciplinaridade*, ligada ao curso de Museologia e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Agradeço a oportunidade de participar desta entrevista.

Nasci no dia 29 de julho de 1938 na zona rural de Campo Grande, mais exatamente na Fazenda Lobo, cujo dono era um cidadão inglês chamado Henry W. White. Para acontecer tudo o que vivenciei desde 1938 e ao longo da vida até os dias atuais, foi significativo (portanto, importante) o fato de eu ter nascido naquela fazenda de gado. E por que foi significativo? Vou resumir a resposta com três eventos.

Iº evento: Professor de cultura japonesa. Em 1932, meus pais, vindos do Japão, viajaram de navio por 50 dias e chegaram ao porto de Santos-SP, donde partiram imediata e diretamente para a referida fazenda. Pois o meu pai, quando ainda no Japão, foi contratado pelo governo brasileiro para trabalhar como professor de cultura japonesa para outros imigrantes e para descendentes, que já estavam empregados na Fazenda Lobo. O sr. White reservou uma pequena casa construída dentro da fazenda e lá meus pais passaram a morar e lá ele dava aulas com a ajuda da minha mãe. Primeiro filho que sou, nasci naquela casa, porque naquele tempo era comum a prática do parto em domicílio, daí eu alardear que “nasci em uma escola...”

Foto 1



Fonte: Acervo Romeu Sasaki

Na foto 1, tirada em 25/12/1938, apareço aos 5 meses de idade no colo da minha mãe ao lado do meu pai, rodeados pelos alunos. Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, o Brasil cortou as relações diplomáticas com o Japão e proibiu a realização de atividades educacionais e culturais. Para a sorte nossa e dos imigrantes e descendentes que trabalhavam na Fazenda Lobo, o sr. White permitiu, sem restrições, que os meus pais continuassem lecionando. A minha família permaneceu na fazenda até 1940, quando então eles decidiram mudar-se para a capital paulista. No caminho, paramos durante vários meses em Araçatuba onde apareceram novos alunos imigrantes e descendentes, sem serem impedidos pelos fiscais do governo.

2º evento: Alunos descendentes com deficiência. Assim como aconteceu em Campo Grande e Araçatuba e, depois, em São Paulo, meu pai enturmou os alunos em três períodos: matutino (crianças), vespertino (jovens) e noturno (adultos). Assim, fui colocado sucessivamente nas turmas correspondentes à minha idade. Meus pais me contaram que sempre apareceram dois ou três alunos com deficiência (cerca de 10% do total), com os quais nós todos interagimos sem barreiras atitudinais. Até o término da guerra em 1945, meus pais puderam continuar lecionando protegidos pela elevada compreensão dos próprios fiscais do governo, que sugeriram adotar escalas horárias para individualizar a chegada e a saída dos alunos, um esquema que não chamava a atenção dos outros fiscais. E foi assim que eles, durante e após a guerra, conseguiram educar sete filhos.

Foto 2



Fonte: Acervo Romeu Sasaki

Na foto 2, tirada em 1950 em São Paulo, o meu irmão caçula na frente, eu no meio e um colega da escola do meu pai aparecemos sentados no *side-car* da motocicleta. Aquele colega tinha deficiência física severa causada por tuberculose, mas nem por isso sentimos preconceito contra ele.

3º evento: Colegas brasileiros com deficiência em escolas comuns. De 1946 a 1949, completei o curso primário (atual Ensino Fundamental I). De 1950 a 1954, fiz o curso ginásial (atual Fundamental II). Em 1955 frequentei o curso científico (área de exatas). Em 1956, não frequentei a escola. À época eu não poderia, obviamente, prever que o período 1955-1956 seriam providenciais para que todos os posteriores eventos pessoais viessem a acontecer nos momentos e lugares exatos. De 1957 a 1959, frequentei e concluí o curso colegial (área de Humanas), atual Ensino Médio. Por todos aqueles anos em que estudei em escolas brasileiras, no tempo em que o sistema educacional comum ainda não aceitava matricular alunos com deficiência, a Providência divina deve ter desejado que, nas classes que eu frequentei, sempre houvesse um ou outro aluno com deficiência.

Na foto 3, tirada em 1953, apareço na ponta direita da fileira agachada; um colega com deficiência severa aparece, atrás de mim, na ponta direita da fileira sentado; outro colega com deficiência é o quarto aluno da esquerda para a direita na última fileira em pé). Aqueles dois alunos (Ubirajara, com tetraparesia

por doença congênita progressiva, e Washington, com seqüela de poliomielite) e eu ficamos bastante amigos. Com o Ubirajara, cuja carteira escolar ficava emparelhada lado a lado com a minha, aprendi que uma pessoa com tetraparesia,

Foto 3



Fonte: Acervo Romeu Sasaki

vivendo em condições físicas precaríssimas devido a uma doença progressiva, aceitou a minha amizade e foi o único aluno a tirar a nota máxima em todas as disciplinas e, mesmo assim, comportava-se o tempo todo com uma simplicidade inacreditável. Com o Washington, aprendi que, tendo ele uma bem visível seqüela de pólio numa das pernas, nada o impediu de ser um amigo alegre, extrovertido, energético e tirar notas baixas como eu também tirava. Na véspera de cada prova, Washington e eu estudávamos na casa dele e, após pernoitar, íamos juntos à escola. Washington formou-se em Direito, mas infelizmente Ubirajara faleceu logo após o término do curso médio. Ainda sem saber nada sobre a teoria da temática da inclusão, estive pessoalmente envolvido, de um modo natural, na prática do processo inclusivo.

SM: Muitos estudantes poderão ter acesso à sua entrevista. Poderia nos falar sobre a sua formação. Como foi sendo definida a sua trajetória acadêmica e profissional?

RS: De 1960 a 1963, estudei e concluí o Serviço Social na Faculdade Paulista de Serviço Social (Fapss) que, na época, era agregada à PUC-SP. Este início da vida acadêmica não foi definido por mim. Pois a minha principal escolha era o curso de Direito e a segunda opção seria a carreira diplomática.

Entretanto, aconteceu um fato, diria corriqueiro embora crucial, quando em 1959 eu estava no último ano do Ensino Médio, já com a primeira opção inscrita, e apareceram seis alunos da referida Fapss que, com autorização do diretor e do professor que estava na sala de aula, fizeram uma divulgação sobre o curso de Serviço Social, avisaram a data do próximo processo seletivo, contaram exemplos de trabalho dos assistentes sociais e distribuíram folhetos da Fapss. Guardei o folheto em casa.

Aceitei o convite que um amigo meu fez, ou seja, aproveitar as férias de janeiro (o processo seletivo só aconteceria em fevereiro) para ir com ele até a cidade de Marília, onde ele visitaria os pais dele e um amigo de infância. Che-

gando lá, almoçamos com a família e, em seguida, ele me convidou para irmos visitar o amigo de infância. Estavam apenas aquele amigo e a mãe (viúva) em casa. A mãe e o filho nos receberam com alegria e logo nós quatro estávamos conversando sobre o clima, o calor e outras amenidades. Aos poucos, porém, ela foi ficando calada e cabisbaixa.

Perguntei se ela lembrou alguma coisa preocupante. Antes que ela respondesse, o meu amigo e o amigo dele, em silêncio, saíram da sala na ponta dos pés e foram para a rua. Começou ali o que, mais tarde, já profissionalmente, eu chamaria de “entrevista terapêutica” praticada, por exemplo, no Serviço Social Psiquiátrico, uma das especializações do curso de Serviço Social.

Resumindo: A filha mais velha decidiu morar na capital paulista, onde esperava obter emprego com salário melhor. Passado pouco tempo, a filha (que então enviava, mensalmente, carta e dinheiro para a mãe) pediu a ela para mandar a irmã para São Paulo. Esta também começou a enviar carta e dinheiro. Mas, estranhamente, as duas irmãs pararam de enviar essas coisas. Passadas algumas semanas, a mãe, cada vez mais triste e desesperada, achando que o pior havia acontecido, mandou o filho pegar as cartas recebidas e viajar para São Paulo à procura das duas filhas nos endereços indicados no verso dos envelopes.

O filho retornou a Marília e contou que encontrou as duas irmãs totalmente deprimidas em uma casa de prostituição e que elas não tinham nenhuma chance de fugir daquela casa porque estavam sob rigorosa vigilância e com os documentos pessoais retidos. Elas, chorando, pediram ao irmão que ele e a mãe se esquecessem delas. Na época, Marília era uma cidade pequena e, por isso, segundo a mãe, “todo mundo ficou sabendo que as duas irmãs viviam na prostituição”, o que foi muito constrangedor e devastador para aquela senhora.

As falas dela, ditas às vezes com choro e dor contidos, foram intercaladas com as minhas paráfrases, pois para mim era claro que o meu papel naquela situação não era o de “resolver o problema dela e das filhas” e, sim, o de fortalecer a autoestima da mãe para que ela mesma se reerguesse, sentisse que ela não havia perdido o senso de dignidade e que, assim empoderada, ela mesma partiria para a luta para trazer as filhas para casa o mais depressa possível. Paráfrase é um espelho técnico que reflete com precisão a fala (conteúdos verbal e não verbal), a atitude (interna) e o comportamento (externo) do cliente. Mas, naquela visita, desempenhei o meu “papel” e a “técnica da paráfrase” intuitivamente, porque o conhecimento formal sobre eles só aprendi anos mais tarde quando fui aluno de Serviço Social.

Enquanto eu fazia a minha última paráfrase, a mãe se transformou, sua fisionomia se iluminou e ela ficou aliviada e sorridente. Ela saiu da poltrona onde estava sentada e se ajoelhou no chão, na minha frente e, muito emocionada, me agradeceu várias vezes com ênfase. E confessou que aquela foi a primeira vez, depois do sumiço das filhas, que alguém ouviu, com paciência e respeito, toda a história dela sem interromper, sem dar sermões, sem julgar e sem prometer que “isso passa, tudo vai dar certo etc.”. Ela avaliou que fui capaz de compreender com exatidão o que ela estava passando e que naquele momento ela estava se sentindo corajosa para voltar a caminhar pela vizinhança sem sentir-se envergonhada ou humilhada. A transformação da mãe causou um inesperado impacto profundo em mim.

Na volta para São Paulo, o meu amigo notou que eu estava muito calado e perguntou por quê. Respondi que estava tomando a difícil decisão de abandonar a inscrição no seletivo para o Direito e que, chegando em casa, iria procurar o folheto que aqueles alunos haviam distribuído no final do ano para

me inscrever na seleção para o curso de Serviço Social. Portanto, não eu, mas aquele folheto definiu a minha carreira acadêmica. Eu só terminei o que o folheto começou.

A minha carreira profissional começou em 1960, quando fazia o 1º ano na Faculdade Paulista de Serviço Social (Fapss), estudando lá à noite e trabalhando de dia como funcionário registrado na Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), uma organização registrada “em 1927 especialmente para dar oportunidades aos pequenos agricultores para sustentarem suas famílias, mas também às pequenas propriedades” (Célia Sakurai, no artigo “Brasil japonês”, reportagem de capa da revista Leituras da História, n. 117, 2018, pp.31-33). Na CAC, onde eu era auxiliar de escritório de 1951 até 1959, a Fapss convenceu os diretores a transformar o cargo de “auxiliar de escritório” em “estagiário de serviço social”, cuja atuação como tal seria supervisionada tecnicamente por um dos professores da Fapss e cujo salário seria o mesmo do auxiliar de escritório. Assim, em 1960, comecei a desempenhar duas funções simultaneamente: (a) Convocar vários funcionários da CAC que estavam afastados por acidente de trabalho ou doença ocupacional e recolocá-los de volta às antigas funções ou, conforme o caso, colocá-los em novas funções. (b) Admitir e colocar na CAC os clientes reabilitados encaminhados pelo Instituto de Reabilitação (IR), do Hospital das Clínicas da FM-USP. No final de 1962, fui demitido da CAC e no início de 1963 fui aceito como “estagiário de serviço social” no referido IR.

Foto 4



Fonte: Acervo Romeu Sasaki

Na foto 4, tirada em 1964, passei a ocupar o cargo de assistente social com ênfase em orientação profissional a partir de janeiro de 1964 no mesmo Instituto de Reabilitação. A partir de 1965, exerci o cargo de professor de uma disciplina do curso de Serviço Social, primeiro somente na própria faculdade onde me formei. Mais tarde, fui professor de mais três disciplinas específicas do Serviço Social em mais duas faculdades por 25 anos (1965-1990).

SM: Nos conte sobre o trabalho que tem desenvolvido nos últimos anos.

RS: Vou continuar a minha narrativa iniciada nas duas perguntas anteriores. Fui bolsista pela Organização das Nações Unidas, com capacitação intensiva no campo da reabilitação profissional, envolvido em estágios profissionais e estudos acadêmicos. Nos EUA, em 1966, estudei por quatro meses em Nova Jérsei, Pensilvânia, Nova York, Virgínia, Virgínia Ocidental, Ohio, Michigan, Wisconsin, Maryland, Delaware, Rhode Island e Washington-DC. Prosegui, de janeiro a junho de 1967, no Reino Unido (Escócia e Inglaterra), sem passar pelo País de Gales e Irlanda do Norte.

De 1970 a 2020, paralelamente às atividades profissionais, tenho sido voluntário em projetos e programas de atendimento a pessoas com deficiência em diversas instituições no Brasil, incluindo o papel de ativista pelos direitos das pessoas com deficiência de 1979 a 2020. Em 1996, por dois meses, exerci trabalho remunerado em programas de emprego apoiado nos estados da Louisiana e da Flórida, EUA. De 1975 a 2020, tenho sido consultor, instrutor, palestrante e tradutor no Brasil. De 1997 a 2020, tenho sido escritor de diversos livros, capítulos de livros e artigos sobre inclusão laboral de pessoas com deficiência. Em 2006, fui cursista de legislação laboral sobre pessoas com deficiência, pela OIT, na Itália e Espanha.

SM: Poderia destacar quais os eventos e momentos que participou, como pesquisador e profissional da área de inclusão, e que considera mais marcantes e que mais o impactaram?

RS: Tudo foi marcante e impactante para mim, mas vou destacar apenas os estudos e pesquisas que realizei nos EUA e no Reino Unido (1966-1967); os 36 anos (1979-2015) de participação na organização e no desenvolvimento do movimento político brasileiro pelos direitos das pessoas com deficiência; e os 23 anos (1997-2020) de pesquisas que venho realizando para /a/ escrever os livros “Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos”, “Inclusão no Lazer e Turismo em Busca da Qualidade de Vida”, “As Sete Dimensões da Acessibilidade”, “Emprego Apoiado: História, Teoria e Prática” (no prelo); /b/ traduzir três livros da OIT; (c) fazer a revisão técnica de três livros de outros autores; /d/ escrever, para uma ONG, o capítulo referente aos ordenamentos jurídicos brasileiros e documentos mundiais.

SM: Qual era o contexto brasileiro quando começou a atuar nessa área? Quais as carências e demandas que identificava?

RS: No contexto brasileiro, a década de 60, do século 20, foi marcada fortemente pela implantação da ditadura militar em 1964. Durante os 21 anos de autoritarismo (1964-1985), “chamados ‘anos de chumbo’”, o exercício da cidadania foi limitada em todas as suas dimensões; direitos civis e políticos eram cerceados e os direitos sociais, embora existissem legalmente, não eram desfrutados. Prevalcia a censura e a falta de liberdade” (Mário Lanna Júnior, no capítulo “O movimento político das pessoas com deficiência”, do livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p.47). O ano de 1964 foi também aquele em que comecei a exercer a profissão de assistente social após 4 anos de trabalho profissional remunerado como “estagiário de serviço social”. Continua Lanna Júnior: “Com

o processo de enfraquecimento e declínio do regime militar, a partir de meados da década de 1970, iniciou-se um processo de abertura política ‘lenta, gradual e segura’. A redemocratização desenrolou-se em contexto especialmente fértil, em termos de demandas sociais, com uma participação política ampla. (...). Os movimentos sociais, antes silenciados pelo autoritarismo, ressurgiram como forças políticas. Vários setores da sociedade gritaram com sede e com fome de participação: negros, mulheres, indígenas, trabalhadores, sem-teto e, também, as pessoas com deficiência. Esse processo se reflete na Constituição Federal promulgada em 1988. (...). Outro fator relevante foi a decisão da ONU de proclamar 1981 como o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o tema ‘Participação Plena e Igualdade’. O advento do AIPD colocou as pessoas com deficiência no centro das discussões, no mundo e também no Brasil” (idem, pp.47-48).

SM: Para o senhor o que significa Inclusão? Em que consiste? A quem se destina?

RS: O paradigma ‘inclusão’, contrariamente ao paradigma ‘integração’, significa o processo através do qual a sociedade é transformada para o fim de acolher todas as pessoas que estavam (estão, estarão) fora dela. E para que a inclusão aconteça, todas as barreiras são eliminadas (ou, pelo menos, reduzidas ao máximo): arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, instrumentais, metodológicas, naturais e programáticas. No início da década de 90, a inclusão visava apenas as pessoas com deficiência que foram (são, serão) rejeitadas, excluídas, segregadas e parcialmente integradas por motivo de deficiência. Mas, a partir de 2000, o paradigma inclusivo ampliou o seu público-alvo, recebendo também as pessoas sem deficiência que estivessem em situação de rejeição, exclusão, segregação e integração parcial. Por isso, é um equívoco falarmos hoje em “alunos da inclusão” referindo-nos aos alunos com deficiência. Todos os alunos, com ou sem deficiência, são (ou deveriam ser) alunos “da inclusão”, embora em escolas inclusivas basta dizermos “alunos”, sem necessidade de adjetivá-los.

SM: Quais as mudanças que considera mais importantes em relação à Inclusão no Brasil, desde que começou a se dedicar a essa área de atuação?

RS: As mudanças mais importantes ocorridas de 1960 em diante têm sido as seguintes: estruturais: medidas de acessibilidade substituindo as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas e naturais; correção e acréscimo de ordenamentos jurídicos federais, distritais, estaduais e municipais, entre outras. Conjunturais: medidas de acessibilidade substituindo barreiras atitudinais, comunicacionais e instrumentais; uso de terminologias adequadas; uso de tecnologias assistivas e de informação e comunicação; implantação de adaptações razoáveis, entre outras.

SM: Qual a importância da Convenção da ONU para as pessoas com deficiência?

RS: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo (PF) foram adotados pela ONU em Nova York em 13/12/2006 e, no caso do Brasil, assinados naquela cidade em 30/3/2007, ratificados pelo Congresso Nacional em 9/7/2008 (Decreto Legislativo n. 186) e promulgados em 25/8/2009 (Decreto n. 6.949).

A importância da CDPD se deve a diversos fatores, entre os quais os seguintes: (a) é o primeiro tratado de direitos humanos do século 21; (b) foi escrito em nível internacional durante cinco anos (2002-2006) através de discussões organizadas em todos os países-membros da ONU, tanto presencialmente quanto online; (c) teve a participação majoritária de líderes com deficiência e o apoio espontâneo de líderes sem deficiência e de diversas autoridades locais, municipais, estaduais, distritais e federais e da sociedade civil organizada; (d) junto com o PF, foi aprovada por unanimidade, com equivalência constitucional, nos termos da Emenda Constitucional 45/2004 (Lanna Júnior, *idem*, p. 121).

SM: Qual a importância da Lei Brasileira de Inclusão? Que avanços podemos destacar em relação a outras legislações?

RS: A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) foi instituída pela Lei n. 13.146, de 6/7/2015. O processo que resultou na aprovação da LBI percorreu a longa etapa de evolução das dezenas de projetos-de-lei genericamente chamados Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação no Congresso Nacional desde o início da década de 90.

Daqui para frente, destaco algumas das etapas informadas no Guia sobre LBI (Mara Gabrilli, 2016, pp.8-9): 2000 - apresentação do texto intitulado “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, do então deputado federal Paulo Paim. 2006 - aprovado o substitutivo no Senado, relatado pelo senador Flávio Arns. 2008 - ratificação da CDPD com valor de Emenda Constitucional. 2008 - grupos passaram a alegar que a redação do Estatuto da Pessoa com Deficiência não estava de acordo com a CDPD. 2012 - a Secretaria de Direitos Humanos, motivada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, sedia um Grupo de Trabalho, composto por juristas, especialistas e sociedade civil para ajustar o texto de acordo com a CDPD. 2013 - texto composto pelo GT colocado em consulta pública [da qual participei] no portal e-democracia a pedido da deputada federal Mara Gabrilli, nomeada na ocasião a Relatora do projeto-de-lei na Câmara dos Deputados. Jul./2013 a jan./2014 - consultas e audiências públicas são abertas e recolhem sugestões da população de todo o Brasil. 2015 - aprovação do texto no Senado, relatado pelo senador Romário. 2015 – sanção [com vetos], do projeto-de-lei pela Presidência da República.

Mas, tudo isso não aconteceu sem as imensas dificuldades conceituais. Como membro da mobilização pelos direitos das pessoas com deficiência, em São Paulo-SP, por longos anos, participei dos principais encontros com todas as lideranças para tratar – desde o início da década de 90 – dos polêmicos projetos-de-lei chamados Estatuto da Pessoa com Deficiência e também de julho de 2013 a janeiro de 2014, durante as consultas e audiências públicas realizadas na capital paulista. O texto da CDPD (ONU, 2006) adotou as expressões “pessoa com deficiência” e “exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente”, fato que eliminou a necessidade de um “estatuto (paternalista)” para as pessoas com deficiência. Para valorizar a importante virada conceitual (de estatuto para lei de inclusão), recorro ao advogado Geraldo Nogueira, cadeirante e ativista no movimento deste segmento populacional, que me enviou a seguinte informação:

“O nome Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), surgiu no fechamento de um intenso trabalho feito pela Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência OAB-RJ, a qual fundei e na época a presidia.

Após a minuta do Estatuto da Pessoa com Deficiência ser colocada em consulta pública pela Relatora, então deputada federal Mara Gabrilli, nós fizemos dois grandes eventos e algumas audiências públicas para recolher sugestões sobre as propostas de alterações na lei. E durante a sistematização desse trabalho, em um relatório único, estávamos eu, o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Otávio Leite, e o Dr. Luís Cláudio Freitas, que é membro da Comissão da OAB-RJ, tendo ele também participado do Grupo de Trabalho do Governo Federal. Nesse nosso encontro, eu disse que não estava satisfeito com o nome ‘estatuto’ e que já havia, inclusive, escrito alguns artigos me posicionando contra esse nome. Então, Otávio Leite disse que poderíamos trabalhar com a palavra ‘inclusão’. A partir daí, a discussão entre nós três chegou ao nome Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência, sendo corrigido depois, pela Relatora ou no Congresso Nacional, para o singular ‘Pessoa com Deficiência’. Geraldo Nogueira” (Comunicação pessoal em 29/1/2020).

SM: Em relação ao desenvolvimento da terminologia e a importância de um uso adequado. Qual a sua visão sobre mudanças no uso dos termos relacionados à pessoa com deficiência? Esse é um aspecto relevante que precisa ser considerado com atenção, ou nem tanto?

RS: O tema da nomenclatura mais adequada no universo das questões ligadas aos direitos das pessoas com deficiência sempre me proporcionou ótimas oportunidades para pesquisar, redigir, utilizar e divulgar para a sociedade em geral. As mudanças, que percorreram várias décadas, senão séculos, foram lentas, porém certas. Vamos comparar só alguns termos antigos superados com os seus correspondentes atuais, entre colchetes: o retardado mental / o infradotado mental / o portador de déficit cognitivo [a pessoa com deficiência intelectual], o portador de defeito motor [a pessoa com deficiência física], o surdo-mudo [a pessoa com surdez ou pessoa surda], o indivíduo surdo total [a pessoa com surdez (perda total da audição) ou o indivíduo surdo parcial [a pessoa com deficiência auditiva (perda parcial da audição ou baixa audição)], o leproso [a pessoa com hanseníase], o louco / o doente mental [a pessoa com transtorno mental], o indivíduo doente mental crônico [a pessoa com deficiência psicossocial], o portador de superdotação [a pessoa com altas habilidades], o portador de deficiências múltiplas [a pessoa com deficiência múltipla], o cego total [a pessoa com cegueira (perda total da visão) ou pessoa com deficiência visual (perda parcial da visão)]. No caso da perda parcial da visão, ainda vale o termo “baixa visão”, mas não “visão subnormal”. Pelos exemplos citados, percebe-se a importância das terminologias corretas, adequadas, modernas etc., primeiro para a dignidade das próprias pessoas em questão e depois para a dignidade dos familiares destas pessoas, para os profissionais e pesquisadores da área e para as autoridades e formuladores de políticas públicas e para os legisladores em geral. Um intercâmbio científico ou popular, baseado em nomenclaturas corretas, seria impossível ou confuso se continuássemos utilizando termos superados. Este é um tema necessariamente permanente, sempre deverá ser atualizado e nunca poderá ser definitivo.

SM: Abordando mais especificamente os museus e demais instituições culturais, com foco no seu caráter educativo e comunicacional. Como vê o contexto atual? Há uma preocupação efetiva em incluir ou se restringe a atender a legislação?

RS: Não poucas vezes, em muitos lugares, a legislação é descumprida. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência reservou o Artigo 30 para valorizar a participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte. Destaquemos o tema específico “museus e demais instituições culturais”:“(1) Os Estados-Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam: /a/ ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis; /b/ ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; /c/ ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. (2) Os Estados-Partes tomarão medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual, não somente em benefício próprio, mas também para o enriquecimento da sociedade. (...). (4) As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”.

Esta é uma luta antiga, por vezes esquecida ou relegada à pouca prioridade, mas felizmente estamos sempre avançando em paralelo com as áreas da educação e do trabalho, por exemplo. Além das possibilidades de conhecer presencialmente museus bem organizados, bem equipados e com pessoal especializado em atender pessoas com deficiência, existem hoje diversos sítios na internet que oferecem passeios, pesquisas e estudos virtuais em museus famosos e localizados em outros países. Já superamos a época em que os museus eram apenas depósitos de objetos antigos para um pequeno público dar uma olhada rápida e seguir em frente. Cresceu muito o entendimento de que os museus devem oferecer atividades intelectuais, práticas, lúdicas, assegurando a acessibilidade em suas sete dimensões para os interessados que tenham uma deficiência e em ambientes inclusivos, com igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Já no longínquo ano de 1978, “uma preocupação foi levantada por Alice P. Kenney, doutora em História, diretora do projeto ‘Acesso a Museus’ e presidente do Departamento de História da Faculdade Cedar Crest, em Allentown-PA, EUA. Ela se referia a pessoas com deficiência que fossem visitar museus. Então ela escreveu o texto intitulado ‘Portas Abertas para Pessoas com Deficiência’, publicado pelo National Trust for Historic Preservation e no qual a autora trata de diversos aspectos em prol do acesso de pessoas com deficiência aos museus dos EUA” (Sasaki, *As sete dimensões da acessibilidade*, 2019, pp.44-45). Em 26/7/1985, “com término previsto para 23/9 do mesmo ano, teve início o projeto ‘Derrubando Barreiras’, da Seção de Atividades Educativas e Culturais do Museu Imperial para propiciar às pessoas com deficiência de qualquer tipo ‘as experiências de convívio com a vida sociocultural, integrando-se ao mundo exterior, onde poderão descobrir novos universos dentro do acervo do Museu Imperial” (Sasaki, *idem*, 2019, p.58).

O Jornal da AME “publicou o artigo ‘Museu: Arte e Cultura para Todos’, ano V, n. 26, mar./abr. 2001” (Sasaki, *idem*, 2019, p.82).

Regina Cohen et al publicaram o livro “Acessibilidade a Museus”, Brasília: Minc/lbram, 190p., 2012 (Sasaki, *idem*, 2019, p.94).

Folha de S.Paulo publicou o artigo “Museu de Biologia Permite que Cegos Toquem Micro-organismos”, Jairo Marques, 13/10/2012 (Sasaki, idem, 2019, p.99).

Folha de S.Paulo publicou o artigo “Museus Paulistas Terão Verba para ‘Traduzir’ Obras para Cegos e Surdos”, Jairo Marques, 7/5/2013 (Sasaki, idem, 2019, p.101).

Folha de S.Paulo publicou o artigo “Museu a Céu Aberto Pede Socorro”, Alexandre Wurzmann & Ricardo Costa Mesquita, 10/8/2014 (Sasaki, idem, 2019, pp.103-104).

A Revista Incluir publicou o artigo “Acessibilidade nos Museus”, Juliana Reis, ano 6, n. 40, pp.86-87.abr./maio 2016 (Sasaki, idem, 2019, p.106).

A Seção IV “Acessibilidade aos Bens Culturais” encontra-se no Decreto n. 5.296. de 2/12/2004.

Já em 1981, a Comissão do Prefeito sobre as Pessoas com Deficiência para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, de Boston-MA, “publicou o manual ‘Access to Boston: A Guide for Disabled Persons’, contendo um levantamento de acessibilidade em hotéis, restaurantes, lanchonetes, drogarias, museus, locais históricos e áreas de recreação e parques” (Sasaki, idem, 2019, p.161).

SM: Pensando na legislação específica da área, qual o papel dos museus para a constituição de uma sociedade mais inclusiva?

RS: O conceito “sociedade inclusiva” foi imaginado, aplicado, formulado e aperfeiçoado na década de 80 paralelamente com o declínio do paradigma da integração. Ao longo de cerca de 40 anos de existência, as práticas integrativas mostraram que não mais será suficiente receber apenas as pessoas com deficiência mais capazes de conviver com as barreiras, tanto as já existentes quanto as que seriam implantadas. Também foi ficando claro que não era justo deixar para trás, fora do museu, aquelas pessoas que foram (ou venham a ser) consideradas incapazes de circular no museu como este se apresentava tradicionalmente, ou seja, com barreiras de todos os tipos.

O espaço ocupado por museus e outras instituições culturais, que forem inacessíveis para pessoas com deficiência mais severa, serve para refletirmos sobre a importância da acessibilidade em suas sete dimensões para todas as pessoas, com ou sem deficiência. Em primeiro lugar, concordamos com a definição da palavra “museu” inserida no Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa em 2009: “Museu: instituição dedicada a buscar, conservar, estudar e expor objetos de interesse duradouro ou de valor artístico, histórico etc.” (Houaiss, p.1335), mas ao mesmo tempo, em função da irreversível construção da sociedade inclusiva, devemos elaborar um conceito mais amplo. Além da definição encontrada no Houaiss, torna-se necessário acrescentar a seguinte finalidade: proporcionar ao público a oportunidade de conhecer, admirar e homenagear antepassados e seus trabalhos que mais representam o desejo deles de contribuir para uma vida melhor a todas as pessoas, sem exceção.

SM: Alguns museus têm procurado contratar pessoas com deficiência e pessoas de outros grupos sociais minoritários. Gostaríamos de nos aprofundar mais sobre essa questão.

RS: O museu – enquanto tipo de organização – deverá entender que ele tem a responsabilidade social (sob o paradigma da inclusão) de contratar pessoas com deficiência e pessoas de outros grupos vulneráveis e colocá-las nas funções de guias aos visitantes e de funcionários administrativos ou técnicos.

SM: Quais os critérios que devem direcionar a contratação de uma pessoa com deficiência? Qual o direcionamento que deve ser dado? O que a instituição deve considerar ao contratar uma pessoa com deficiência? Quais as implicações disso para a instituição?

RS: A contratação de pessoas com deficiência para trabalhar em museus deverá adotar os mesmos critérios aplicáveis em outros tipos de local de trabalho, desde que estejam em concordância com os preceitos do Artigo 27 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com as recomendações da Organização Internacional do Trabalho. Além disso, devem ser respeitadas as especificidades de cada um dos outros grupos populacionais e também de cada tipo de museu.

É muito importante, em uma sociedade inclusiva, a presença de pessoas com deficiência e pessoas de outros grupos, tanto como visitantes quanto como guias aos visitantes e como funcionários administrativos e técnicos do museu. Para tanto, é imprescindível que o museu cumpra as regras de acessibilidade.

SM: O que torna uma instituição efetivamente inclusiva? O que caracterizaria um museu inclusivo?

RS: Dois fatores podem tornar inclusiva uma instituição: a existência de acessibilidade em suas sete dimensões em todos os ambientes, com as adaptações que forem necessárias e a presença de pessoas antes rejeitadas ou excluídas, agora devidamente incluídas. Portanto, um museu inclusivo é aquele que, cumpridas as regras de acessibilidade, dá boas-vindas aos visitantes com deficiência (ou sem deficiências, mas historicamente discriminadas), assim como aos guias de visitantes e aos candidatos e funcionários – com ou sem deficiência.

SM: Que vantagem poderia destacar para um museu que segue os princípios inclusivos em relação aquele que não segue?

RS: Vantagens do museu inclusivo que um museu não inclusivo não possui: atrair mais visitantes, mais guias de visitantes, mais candidatos a um emprego como funcionários administrativos ou técnicos; ficar consciente de que está cumprindo o seu papel social; receber aprovação dada pela sociedade local; auferir mais lucros; receber mais recursos vindos de empresas e órgãos públicos; tornar mais felizes as pessoas direta ou indiretamente envolvidas na operação do museu; ser uma referência no universo dos museus; receber votos de admiração de instituições culturais, artísticas e outras, do mundo inteiro.

SM: Os museus recebem um público escolar muito grande. As turmas são compostas por alunos com e sem deficiência. Como os museus devem lidar com essa diversidade? Como devem se preparar e planejar esse atendimento para que ele se torne mais inclusivo?

RS: Os estudantes, em qualquer nível escolar, compõem um público-alvo altamente pertinente aos museus de qualquer natureza. Os museus deveriam ser mais procurados pelos estudantes e pelas escolas, com projetos de parceria museu/escola, primorosamente planejados e executados para benefício do aprendizado escolar e benefício das atividades do museu. Cada museu deverá reestudar e reclassificar os objetos já expostos e os que vierem a ser expostos, tudo em concordância com os princípios da inclusão aplicados à totalidade da diversidade humana. Portanto, não simplesmente uma exposição utilizando critérios tradicionais (não inclusivistas). E sim uma exposição que reflita o respeito do museu para com os novos tipos de visitantes, novas motivações para frequentar museus e novas exigências do público frequentador.

SM: A formação adequada dos educadores é um aspecto importante no processo de tornar os museus inclusivos?

RS: Sem dúvida, sim. E o inverso é verdade também. O processo de tornar inclusivos os museus é um aspecto importante para a formação adequada dos educadores.

SM: Existem muitas dúvidas em relação aos conceitos “empoderamento” e “equiparação de oportunidades” no contexto dos museus e instituições culturais. Pode falar um pouco sobre eles?

RS: Ótimo. Empoderamento significa o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle do seu estilo de vida. Não se outorga este poder às pessoas; o poder pessoal é inerente ao ser humano, já está em cada um de nós desde o início até o fim da nossa vida. Estamos apenas devolvendo às pessoas o seu direito ao empoderamento, que havíamos tirado delas no passado. Elas podem exigir mudanças na sociedade voltadas às necessidades e especificidades das pessoas com deficiência.

A Disabled Peoples' International diz: “Equiparação de oportunidades é o processo mediante o qual os sistemas gerais da sociedade, tais como o meio físico, a habitação e o transporte, os serviços sociais e de saúde, as oportunidades educacionais e de trabalho e a vida cultural e social, incluídas as instalações esportivas e de recreação, são feitos acessíveis para todos”. Aplicado ao contexto dos museus, tudo isso nos leva a reconhecer o poder pessoal dos visitantes com deficiência, dos guias com deficiência e dos funcionários e técnicos com deficiência para sugerir e solicitar equiparação de oportunidades, ou seja, desfrutar o uso do poder pessoal nos mesmos espaços onde circulam as pessoas sem deficiência, com o objetivo de tornar cada vez mais inclusivo o museu.

Para encerrar esta entrevista, ofereço a foto 5, tirada em 14/5/2001, que traz o pensamento “O convívio com a diversidade enriquece a humanidade”, copiado de um antigo artigo meu. Já a confecção e o uso da camiseta por todas as pessoas, que assistiram à minha palestra naquela data, foram uma surpresa que a Comissão Organizadora gentilmente preparou.

Foto 5



Fonte: Acervo Romeu Sasaki